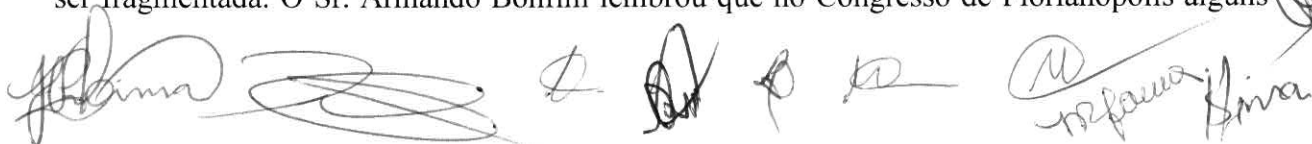


**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS LIGADOS A CAPESB
(CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E CONSELHO FISCAL)
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021.**

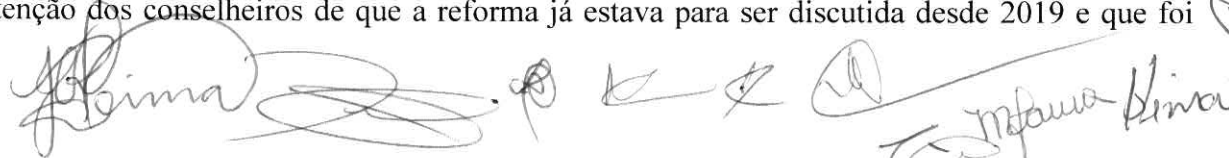
Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, as nove horas, na Sede da CAPESB, situada na Rua Joaquim Facó nº 321 em Beberibe, reuniram-se os Conselhos de Previdência e Fiscal e Comitê de Investimentos. Estavam presentes os conselheiros do Conselho de Previdência: Lorena Evangelista Moreira Lima, Laudo Simões de Lima, Iramilton da Silva Ferreira, Ednaldo Honorato Maia, Henrique Rebouças de Lima, Maria de Fátima Nascimento da Silva, Maria Valdenia Fernandes Gama, Maria Clemilda Laurindo da Silva. Do Conselho Fiscal: Evânio da Silva, Aneli Ferreira Lima, José Carlos Batista da Silva, Anacisa de Almeida Gama e José Carneiro da Silva. Do Comitê de Investimento: José Carvalho Júnior, André Ribeiro Dieb e Franciedson Oliveira da Cunha. A reunião iniciou com as boas vindas do Presidente José Carvalho Júnior que agradeceu a presença de todos e solicitou que o Secretário Henrique Rebouças fizesse a leitura da Ata do mês anterior, que depois de lida o senhor Henrique colocou em discussão para aprovação. A Presidente do Conselho de Previdência, Sra. Valdenia, perguntou a todos se aprovavam ou não, se teria alguma emenda ou ressalva. Não houve nenhuma colocação e a ata foi aprovada por todos os presentes. O Sr. José Carvalho Júnior, presidente da CAPESB falou da importância da leitura da ata enfatizando a observação se todos os assuntos ali escritos foram discutidos ou não. Dando continuidade à reunião, o presidente da CAPESB, Sr. Júnior, agradeceu a todos os conselheiros que participaram do Curso CGRPPS: APROVAÇÃO CERTA, e a importância de se obter o certificado. A Sra. Valdenia, presidente do Conselho de Previdência, aproveitou o momento para parabenizar a iniciativa pela realização do curso, porém fez algumas observações com relação a quantidade de informações para apenas dois dias de curso. Muito conteúdo a assimilar para a importância da prova na obtenção do certificado. Lembrou que o encontro de Recife também foi seguindo a mesma regra de muito conteúdo para dois dias apenas. O Sr. Júnior falou dos cursos e sua importância e a responsabilidade que os gestores dos RPPS têm, bem como as dificuldades e as cobranças não só para o gestor como também para toda Diretoria Executiva. Neste sentido, foi marcada uma reunião com o Poder Executivo e um dos assuntos é a reforma da lei da CAPESB urgente e que na composição da Diretoria tem que ter o Diretor de Investimento. O Sr. Armando Bonfim, advogado da CAPESB, tomou o uso da palavra e falou que as mudanças serão na área administrativa, distribuições de cargos e suas responsabilidades e que entrará em pauta também a criação da remuneração simbólica dos conselheiros titulares e dos suplentes ao substituírem os titulares e que por conta do decreto lei do governo que suspendeu a criação de cargos e aumento de despesas, as mudanças administrativas ficaram para janeiro de 2022. A Sra. Valdenia solicitou o uso da palavra e falou sobre a remuneração simbólica dos conselheiros, e que no encontro de Recife, em alguns municípios a remuneração não é simbólica, e sim remuneração de fato e mensal, independentemente da quantidade de reuniões no mês, e indagou ao Sr. Franciedson, representante do Sindserv no Comitê, que confirmou o fato. Ela continuou informando aos demais presentes que o valor da remuneração era de dois mil reais e o sr. Franciedson corrigiu, afirmando que o valor de dois mil reais era para o Comitê de Investimentos e mil reais para os membros dos Conselhos de Previdência e Fiscal. A Sra. Valdenia relembrou das várias discussões sobre o valor de cem reais como ajuda de custo para os conselheiros e que não saiu do papel. Enfatizou que a reforma precisa ser feita e não deve ser fragmentada. O Sr. Armando Bonfim lembrou que no Congresso de Florianópolis alguns



Handwritten signatures of the attendees at the bottom of the page, including names like Lorena, Armando Bonfim, and others.

RPPS de médio e grande porte já remuneraram os conselheiros. A presidente do conselho de previdência fez algumas observações com relação a ajuda de custo dada aos conselheiros que viajaram tanto para Recife como para Fortaleza. Os servidores da CAPESB e os representantes do Sindserv receberam ajuda de custo e os demais não tiveram. Solicitou que fosse analisada essa situação. Sr. Júnior tomou a palavra e informou que segundo o Sr. Mariano, contador, a CAPESB, com a aprovação do Executivo, pode colocar em lei o valor das diárias de acordo com as necessidades. Continuando, o Sr. José Carvalho Junior tomou o uso da palavra e perguntou aos presentes se todos concordavam em o Diretor Administrativo, Sr. Herysson Monteiro, exemplificar, em uma pequena demonstração como ficaria a questão do desconto no salário dos aposentados. Todos concordaram que fosse feito naquele momento. O Sr. Herysson iniciou explicando que a Lei estipula que seja de 40% do teto subtraído do salário e descontado os 14% de contribuição. O teto hoje está em R\$ 6.433,57, portanto a base de contribuição dos 40% ficaria em R\$ 2.573,43. Tomou como exemplo em uma simulação onde um servidor de um salário base de R\$ 4.973,07, após a subtração dos 40% ficaria um valor de R\$ 2.399,64, valor este que seria incidido os 14% de previdência, então a base de contribuição seria de R\$ 335,95. E o IRRF vai vir depois da contribuição previdenciária, sendo menor o seu valor. O senhor Franciedson enfatizou a situação dos aposentados quanto ao pagamento de impostos e gastos com saúde, e manifestou sua indignação quanto a forma como foi feita a reforma da previdência sem ter sido feito o que o conselho da CAPESB solicitou. Outros municípios escalonaram as contribuições dos inativos e em outros não houve taxaço. Disse que a caixa de previdência havia errado em sua atuação e a forma como foi enviado o projeto foi de uma covardia com os servidores, e gostaria que a prefeita estivesse presente na reunião para ouvir a indignação dos servidores. Em seguida o senhor José Carvalho Júnior pediu a palavra para o senhor Armando, advogado da CAPESB, que deu início a sua fala ressaltando que desde o início do ano já sabia que a reforma deveria ser feita e havia falado o prazo para a prefeita no início do ano. A prefeitura enviou para a CAPESBE no dia 31 de setembro, e que devido a realização da auditoria ele só analisou a proposta nas duas últimas semanas de outubro. A gestão levou seis meses para enviar a proposta para a caixa de previdência. Ressaltou que o ato da construção e envio da proposta é discricionário da gestora. Informou que estudou a proposta junto com o André e o Herysson, e que após o estudo houve um momento com o Túlio da Arima que apresentou o déficit atuarial, e após esse momento passou a prefeita as proposições feitas pela CAPESB. Afirmou que não sabia que a prefeita mandaria o projeto logo em seguida para aprovação na câmara. Ressaltou que a proposta da CAPESB era apresentar proposições para serem analisadas junto a procuradoria e prefeita e depois promover o debate junto aos servidores. Falou que o prazo da alteração da lei orgânica deveria acontecer até 13 de novembro. A senhora Valdenia destacou que o causou revolta nela foi o fato de não ter sido convocado o conselho da CAPESB para as discussões, e que dessa forma havia nos lesado, como se o conselho não existisse, e que o senhor Armando, como representante jurídico da entidade, deveria ter solicitado a convocação de uma reunião extraordinária com o conselho para discussão da proposta que foi feita pela CAPESB antes de levar a proposta para a prefeita. O senhor Armando falou que a reforma foi técnica e que a taxaço dos inativos foi determinada pelo estudo do déficit atuarial e foi apresentada pela prefeita. A senhora Valdenia enfatizou que mesmo sendo técnica a reforma não poderia ter passado sem ter havido uma discussão com os principais envolvidos e impactados, que são os servidores. O senhor Júnior ressaltou que a primeira proposta não havia taxaço dos inativos. O senhor Ednaldo pediu o uso da fala e ressaltou alguns pontos sobre o assunto. Afirmou que estava muito surpreso em saber que o projeto já estava na CAPESB desde setembro. Destacou que o advogado da CAPESB deveria

defender os servidores e não a gestora, e que este foi muito infeliz nas palavras usadas na câmara de vereadores, em que chamou o sindicato de politiquero, e também manifestou seu descontentamento com a fala do advogado quando na sessão havia afirmado que tinha acontecido um estudo do projeto que deu a entender que o sindicato havia participado do mesmo. Também se reportou ao comentário feito pelo advogado na sessão sobre o estudo do déficit atuarial, e que não havia participado de nenhuma reunião do conselho em que havia sido apresentado esse estudo. Enfatizou que o sindicato sempre cobrou a realização de uma audiência pública para discussão da proposta. O senhor Armando fez o uso da fala em seguida e pediu desculpas por ter se excedido em algumas palavras utilizadas durante a sessão da câmara. Afirmou que fez o uso da fala em defesa da caixa de previdência e da reforma, que era necessária para a CAPESB. Concordou que a reforma deveria ter sido discutida com os servidores e os entes envolvidos. Afirmou que foi hostilizado durante sua fala e que isso gerou um estresse, e sobre o déficit atuarial enfatizou que o sindicato tinha conhecimento, mas que não havia se remetido a estudo. Disse que não havia chamado o sindicato de politiquero, e que o teor da expressão político se referia a ação do sindicato em defesa de seus filiados. O senhor Herysson fez o uso da fala e lembrou que a situação do déficit havia sido apresentada em uma audiência na câmara em 2020, quando foi discutida a situação da contribuição de 11 para 14%. O senhor Franciedson fez o uso da fala e pediu que o conselho revisse a assessoria prestada pela Arima, pois o Túlio é muito patronal e não pensa no social, e que os dados apresentados na audiência referida na visão dele não são reais. Em seguida a senhora Clemilda fez o uso da fala e destacou que até então não sabia que o senhor Armando era o advogado da CAPESB. Discordou da fala do advogado sobre o ponto de hostilidade na sessão da câmara. Disse que estava se sentindo traída como conselheira e contribuinte sobre a forma como foi aprovada a reforma. Pediu a exoneração do mesmo da função. O senhor Henrique fez o uso da fala em seguida e partilhou do pensamento e indignação da conselheira Clemilda. Enfatizou que estava revoltado também por não ter tido a oportunidade de fazer uma réplica da fala do advogado na sessão da câmara para todos os que estavam lá tomarem conhecimento da veracidade dos fatos. Destacou que a forma como o advogado falou deu a entender que havia acontecido o debate do texto da reforma com o conselho e o sindicato, que havia acontecido o estudo do déficit com todos, e que a expressão política utilizada pelo mesmo foi no sentido conotativo de partidarismo. Destacou que o prazo referido pela gestão se referia a previdência complementar. Por fim também pediu a saída do advogado da função de assessor jurídico da caixa de previdência. O senhor Armando voltou a falar e enfatizar que defendeu a caixa de previdência, discordou de alguns posicionamentos do senhor Henrique, mas concordou quanto a questão do prazo, e que a gestão se posicionou em fazer um texto único de lei. Discutiu-se sobre o valor do déficit, que hoje está em 260 milhões, segundo informou o senhor Armando. Sobre as contribuições da prefeitura para a caixa de previdência, o senhor Herysson informou que a alíquota está em 20,14%. Ele também informou que os servidores do concurso de 92 e 98 se aposentarão por integralidade e paridade. Ressaltou que o déficit do atuário sempre se atualiza, e que em breve corre o risco de haver déficit financeiro mensal (menos contribuição e mais pagamento de inativos). Os conselheiros opinaram pela necessidade de fazer um esclarecimento a todos sobre as mudanças na previdência municipal. A senhora Anacisa fez o uso da fala e ressaltou que ficou indignada por a prefeita se referir que ela estava na reunião da CAPESB que discutiu a reforma, e destacou que esteve na caixa de previdência no dia em que ela veio, mas não participou da reunião. O senhor André fez o uso da fala reconhecendo a indignação de todos e também disse que não concordou com a forma como a reforma foi feita. Fez uma chamada de atenção dos conselheiros de que a reforma já estava para ser discutida desde 2019 e que foi



formada uma comissão para discussão que nunca se reuniu. Afirmou que o conselho tem autonomia para provocar o debate e até contratar assessoria para estudo do atuarial, e que dessa forma faltou empenho do conselho nessa luta, que houve falha do conselho também nessa situação. Ressaltou que o estudo do déficit é feito todo ano e que as informações estão a disposição de todos na caixa de previdência no site. Chamou a atenção para possíveis novas reformas que poderão vir depois, e que o futuro da aposentadoria dos servidores mais jovens é incerto. O senhor Junior reafirmou que a minuta que recebeu do projeto não taxava os inativos. O senhor José Carneiro fez o uso da fala e enfatizou a necessidade da caixa de previdência sair em defesa do servidor, da valorização dos mesmos. Destacou que já é característico da atual gestora fazer projetos que penalizam o servidor. Disse que se sentiu envergonhado com o comportamento do advogado da CAPESB na câmara de vereadores e também opinou pela exoneração do mesmo. O senhor Laudo fez o uso da fala e também manifestou seu repúdio a forma como a proposta foi aprovada no município. Opinou por fazer uma audiência pública para explicar para todos os servidores as informações e esclarecer as alterações feitas pela reforma. A senhora Anacisa fez o uso da fala e destacou o impacto na saúde dos servidores, principalmente nos professores, que já estão adoecendo muito. O senhor Júnior enfatizou que a lei tem que passar pela noventena, e que o prazo será contado após aprovação da lei, para poder começar a descontar dos servidores inativos. Se colocou a disposição do sindicato, junto com os técnicos da CAPESB, para fazer esclarecimentos da nova previdência para os servidores. O senhor Henrique enfatizou a necessidade de ser esclarecido a situação do déficit para os conselheiros, e que todos deveriam se unir para lutar por emendas no projeto antes da aprovação em segundo turno. Em seguida o senhor Júnior passou a palavra para o senhor Vítor Leitão, que fez uma breve apresentação sobre a política de investimentos da caixa de previdência para o ano de 2022. A política de investimento deve ser aprovada ainda em 2021 pelo conselho. O senhor Vítor Leitão também fez uma breve apresentação de como está a carteira de investimento da caixa de previdência. Ficou definida a próxima reunião para o dia 07 de dezembro para fazer a aprovação da política de investimentos para 2022. A senhora Aneli pediu a fala e fez duas colocações. Perguntou se o conselho poderia se reunir para levar proposições de emendas para a gestora municipal fazer alterações na lei da reforma da previdência, e perguntou se o custeio do lanche das reuniões poderia ser retirado dos recursos da CAPESB, para que fosse providenciado em embalagens individuais como uma forma de prevenção a covid-19, pois a pandemia ainda não acabou. Sem mais para o momento, o senhor José Carvalho deu por encerrada a reunião. Eu Henrique Rebouças de Lima, secretário do conselho deliberativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

JOSÉ CARLOS BAISIA DA SILVA

Beberibe, 09 de novembro de 2021.

Henrique Rebouças de Lima

Suplente do Sr. Secretário -
Guaraci de Jesus Costa

André Ribeiro da Silva

Luciana e Marceia Lima

Márcio de Fátima Nascimento da Silva


Maria Camilla Laurindo da Silva

Laudo Simões de Lima

Francudson Oliveira da Cunha

Edinaldo Almeida da Silva

Cláudio da Silva



**Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores
Municipais de Beberibe – CAPESB**

CNPJ: 72.519.622/0001-31



**LISTA DE FREQUENCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL
DE BEBERIBE –CAPESB**

DATA DA REUNIÃO: 09/11/2021

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO	
TITULARES	ASSINATURA
Lorena Evangelista Moreira Lima (CPF: 056.669.923-09)	<i>Lorena E Moreira Lima</i>
Laudo Simões de Lima (CPF: 513.854.143-91)	<i>Laudo Simões de Lima</i>
SUPLENTES	
Iramilton da Silva Ferreira (CPF: 000.782.563-00)	<i>Iramilton da Silva Ferreira</i>
João Camelo Neto (CPF: 321.572.073-68)	
REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO	
TITULARES	
Roberta Maria Pires dos Santos (CPF: 026.887.553-74)	
Ana Karina Matias Fares (CPF: 874.975.063-15)	
SUPLENTES	
Lidiane Carvalho de Alencar Nunes (CPF: 027.470.883-73)	
Raquel Fernandes do Nascimento (CPF: 010.172.873-50)	
REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ATIVOS	
TITULARES	
Ednaldo Honorato Maia (CPF: 430.791.483-04)	<i>Ednaldo Honorato Maia</i>
Henrique Rebouças de Lima (CPF: 020.748.233-04)	<i>Henrique Rebouças de Lima</i>
SUPLENTES	
Francisca Maria da Silva Alves (CPF: 442.492.413-00)	
Maria de Fátima Nascimento da Silva (CPF: 547.106.933-15)	<i>Maria de Fátima Nascimento da Silva</i>
REPRESENTANTE DOS SERVIDORES INATIVOS	
TITULARES	
Maria Valdenia Fernandes Gama (CPF: 246.466.363-87)	<i>Maria Valdenia Fernandes Gama</i>
Maria do Carmo Ribeiro Laurindo (CPF: 244.416.193-91)	
SUPLENTES	
Egisa Rodrigues da Silva (CPF: 069.699.683-91)	
Maria Clemilda Ribeiro Laurindo (CPF: 246.548.763-91)	<i>Maria Clemilda Laurindo da Silva</i>

Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores
Municipais de Beberibe – CAPESB

CNPJ: 72.519.622/0001-31



LISTA DE FREQUENCIA DO CONSELHO FISCAL DA CAIXA DE
APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BEBERIBE –
CAPESB

DATA DA REUNIÃO 09 / 11 / 2021

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO	
TITULARES	FREQUENCIA
Evânio da Silva (CPF: 016.107.273-98)	<i>Evânio da Silva</i>
Aldênio Mendes de Lima (CPF: 509.692.933-72)	
SUPLENTE	
Aneli Ferreira Lima (CPF: 421.681.633-91)	<i>Aneli Ferreira Lima</i>
Raimundo Edson de Aquino Gomes (CPF: 862.496.613-04)	
REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO	
TITULAR	
Francisco Gleiton Nunes Monteiro (CPF: 054.656.383-03)	
SUPLENTE	
Lidiane Carvalho de Alencar Nunes (CPF: 027.470.883-73)	
REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ATIVOS	
TITULAR	
José Carlos Batista da Silva (CPF: 004.558.703-57)	<i>JOSÉ CARLOS BATISTA DA SILVA</i>
SUPLENTE	
Maria Eunice Carneiro da Costa (CPF: 481.025.203-53)	
REPRESENTANTES DOS SERVIDORES INATIVOS	
TITULAR	
Anacisa de Almeida Gama (CPF: 232.349.203-97)	<i>Anacisa de Almeida Gama</i>
SUPLENTE	
José Carneiro da Silva (CPF: 317.697.303-97)	<i>José Carneiro da Silva</i>
REPRESENTANTES DOS PENSIONISTAS	
TITULAR	
Sonata Siseide de Almeida Ferreira Campos (CPF: 430.821.493-91)	
SUPLENTE	
Jozildo Araújo da Costa Lima (CPF: 946.999.333-00)	

Rua Joaquim Facó, nº 321 – Centro – Beberibe - Ceará

Fone: (85) 33381604

Site: www.capesb.com.br - E-mail: capesb.beberibe@hotmail.com

**Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores
Municipais de Beberibe – CAPESB**

CNPJ: 72.519.622/0001-31



**FREQUENCIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DA CAIXA DE APOSENTADORIA
E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BEBERIBE- CAPESB**

DATA DA REUNIÃO: 09/11/2021

NOME	FUNÇÃO	CPF	ASSINATURA
JOSÉ CARVALHO Junior	Presidente	167.019.923-15	
André Ribeiro Dieb	Diretor financeiro	919.045.103-10	
Franciedson Oliveira da Cunha	Representante do Sindicato dos Servidores Públicos	787.503.343-87	
Laudo Simões de Lima	Representante do Conselho Municipal de Previdência	513.854.143-91	